


**A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL
RESISTÊNCIA NO CAMPO DEMOCRÁTICO EM CONTEXTO DE
RADICALIZAÇÃO DO NEOCONSERVADORISMO**

**THE CONTRIBUTION OF THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF SOCIAL
SERVICE RESISTANCE IN THE DEMOCRATIC FIELD IN THE CONTEXT OF
RADICALIZATION OF NEOCONSERVATISM**

**LA CONTRIBUCIÓN DEL PROYECTO ÉTICO-POLÍTICO DE RESISTENCIA
DEL SERVICIO SOCIAL EN EL ÁMBITO DEMOCRÁTICO EN EL CONTEXTO
DE RADICALIZACIÓN DEL NEOCONSERVADURISMO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-099>

Data de submissão: 09/08/2025

Data de publicação: 09/09/2025

Camila Faria Pançardes

Assistente Social e Professora Adjunta

Instituição: Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

E-mail: camifariavr@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4479463971800798>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0036-1175>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender a contribuição do projeto ético político do serviço social no atual contexto de radicalização do neoconservadorismo. Em termos metodológicos, a pesquisa tem natureza qualitativa, de cunho bibliográfico, fundamentada no materialismo histórico-dialético, a partir do filósofo italiano Antônio Gramsci, o qual permite capturar as múltiplas determinações do objeto sob um prisma de totalidade. A materialidade do pensador marxista no Brasil recente traz para nossa análise as elaborações do autor em torno do Estado, sociedade civil, hegemonia, classes subalternas e luta de classes. Indica a filosofia da práxis como mediação importante na luta de classes e no debate qualificado do projeto profissional do serviço social brasileiro. Diante do avanço da extrema-direita brasileira e da ofensiva neoconservadora, identificamos o projeto ético político do serviço social como importante mediação para a construção de frentes de resistências na gestão democrática das políticas sociais e no controle social.

Palavras-chave: Democracia. Ofensiva Neoconservadora. Participação Popular. Projeto Ético Político. Serviço Social.

ABSTRACT

This article aims to understand the relevance of the philosophy of praxis as a tool for constructing responses from the working class in the face of the advance of the neoconservative offensive under popular participation in social control. In methodological terms, the research has a qualitative nature, of a bibliographic nature, based on historical- dialectical materialism, based on the Italian philosopher Antônio Gramsci, which allows capturing the multiple determinations of the object from a perspective of totality. The materiality of the Marxist thinker in recent Brazil brings to our analysis his elaborations around the State, civil society, hegemony, subordinate classes and class struggle. It indicates the philosophy of praxis as an important mediation in the class struggle, given the advance of the Brazilian extreme right and the neoconservative offensive. The impacts on the lives of the working class range

from the destruction of social rights to their forms of political and popular participation, with instances of social control being one of the most attacked.

Keywords: Working Class. Social Control. Extreme Right. Conservative Offensive. Popular Participation.

RESUMEN

Este artículo busca comprender la contribución del proyecto ético-político del trabajo social en el contexto actual de radicalización del neoconservadurismo. Metodológicamente, la investigación es de naturaleza cualitativa y bibliográfica, basada en el materialismo histórico-dialéctico, basado en la obra del filósofo italiano Antonio Gramsci, lo que nos permite captar las múltiples determinaciones del objeto desde una perspectiva de totalidad. La materialidad del pensador marxista en el Brasil reciente trae a nuestro análisis las elaboraciones del autor sobre el Estado, la sociedad civil, la hegemonía, las clases subalternas y la lucha de clases. Destaca la filosofía de la praxis como un mediador importante en la lucha de clases y en el debate cualificado sobre el proyecto profesional del trabajo social brasileño. Ante el auge de la extrema derecha brasileña y la ofensiva neoconservadora, identificamos el proyecto ético-político del trabajo social como un mediador importante para la construcción de frentes de resistencia en la gestión democrática de las políticas sociales y el control social.

Palabras clave: Democracia. Ofensiva Neoconservadora. Participación Popular. Proyecto Político Ético. Servicio Social.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo compreender a contribuição do projeto ético político do serviço social para formação de frentes de resistência no controle social democrático no atual contexto de radicalização do neoconservadorismo.

A emergência do projeto neoconservador, em decorrência da crise do capital, teve início na década de 1970 em escala global, com a chamada reestruturação produtiva. As medidas empreendidas tinham como objetivo assegurar às classes dominantes a hegemonia política, social e cultural da reprodução das relações sociais e configuravam-se como reais ameaças à classe trabalhadora.

O advento do receituário neoliberal no Brasil, na década de 1990, trouxe um progressivo desmonte das políticas sociais e ataques à participação popular no controle social, visando destruir o padrão de seguridade social, assegurado com a Constituição Federal de 1988.

A égide do neoliberalismo pode ser vista, desde então, em meio e através das sucessivas crises cíclicas do capitalismo e as reiteradas estratégias de enfrentamento dessas. É nesse contexto que os governos PT, nas duas primeiras décadas dos anos 2000, em um processo de transformismo, cooptam lideranças fundamentais da classe trabalhadora para o jogo da pequena política.

Mais recente, há a ascensão política da extrema-direita, que é, sem dúvidas, um dos mais exponents fenômenos sociais no Brasil contemporâneo. O *impeachment* e a consequente saída da presidente Dilma Rousseff, em 2016, da Presidência da República, deflagrou a fragilidade democrática diante do avanço do projeto neoconservador. Tal perspectiva se coloca como parte das estratégias de enfrentamento da crise que o capital se encontra desde 2008.

As reconfigurações no modo de produção capitalista implicam no acirramento da luta de classes. Ademais, as contrarreformas do Estado representaram o avanço neoconservador sobre as políticas sociais, interferindo sobre o atendimento das necessidades sociais da classe trabalhadora e gerando desigualdades sociais, vistas no aumento expressivo da violência, da pobreza, da fome e da miséria, o que impactou nas formas de organização política, social e cultural. Como consequência, nos últimos anos as instâncias de participação e controle social nas políticas sociais sofreram relevantes retrocessos no Brasil, um país engendrado pela extrema direita e pelo capital internacional.

Em termos metodológicos, a pesquisa tem natureza qualitativa, de cunho bibliográfico, fundamentada no materialismo histórico-dialético, a partir do filósofo italiano Antônio Gramsci, o qual permite capturar as múltiplas determinações do objeto sob um prisma de totalidade. O ponto de partida são as categorias gramscianas Estado ampliado, sociedade civil e hegemonia, extraídas da realidade italiana de 1920, que vivia sob a égide do fascismo. A materialidade da filosofia da práxis,

além das elaborações do autor sobre os conselhos operários, auxilia na compreensão e análise da realidade social contemporânea.

O lócus do autor era o Sul, a própria região de nascimento, que, segundo ele, apresentava disparidades com relação ao norte daquele país. Segundo Netto (2011, p. 5) o problema central da pesquisa marxiana se circunscreve “na gênese, consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista”.

Os avanços sobre o tema abordado são consequências dos esforços teóricos metodológicos, ético político e técnico operativos do Projeto de Pesquisa e Extensão MapeaSuas (Mapeamento dos processos de resistência nas instâncias de participação e controle social no SUAS de Niterói - RJ (2018-2023), atualmente em andamento na Escola de Serviço Social (ESS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Para análise do objeto, dividiu-se o trabalho da seguinte forma: Em Antônio Gramsci, filosofia da práxis e conservadorismo (subitem 2.1) há a compreensão histórica do papel da filosofia da práxis, na construção de estratégias pela classe trabalhadora para combater o fascismo, sob a perspectiva gramsciana. São elencadas as elaborações do filósofo italiano marxista Antônio Gramsci e a função dos subalternos na questão da hegemonia, visando discutir a importância das classes subalternas no tensionamento pela disputa de hegemonia, por dentro do Estado e na sociedade.

Apresenta-se a experiência da Comuna de Paris e o caso dos conselhos operários de Turim, sob o olhar crítico de Gramsci, como um exemplo dos esforços para a participação dos subalternos na construção de uma contra-hegemonia ao fascismo italiano. Essas experiências são consideradas por se tratar de importantes fatos históricos, que destacam a capacidade revolucionária dos trabalhadores e podem nortear as lutas sociais contemporâneas.

O texto avança para Conservadorismo e radicalização do neoliberalismo no Brasil (subitem 2.2), que busca compreender a emergência do conservadorismo e a mediação com a radicalização do neoliberalismo no Brasil. Demarca a conservadora formação sócio-histórica da sociedade brasileira e as consequências no campo democrático.

O texto avança no subitem 2.3 para a análise da contribuição do projeto ético político profissional do serviço social e os desafios contemporâneos na defesa do conjunto da classe trabalhadora frente ao avanço do neoconservadorismo.

Nas considerações finais, indica-se como resultado que o avanço da extrema-direita brasileira é parte da ofensiva neoconservadora como estratégia do capital que, com a crise das hipotecas estadunidenses em 2008, alterou a dinâmica de reprodução e impactou tanto a vida da classe trabalhadora, como as formas de participação política e popular.

As importantes contribuições do filósofo Antônio Gramsci, no campo da filosofia da práxis, enquanto ferramenta teórico-prática, visam estabelecer mediação com o tempo presente. Assim, há o intuito de construir frentes de resistência para a classe trabalhadora, como forma de sobrevivência e estabelecimento de uma sociabilidade capaz de promover a emancipação política e humana.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ANTÔNIO GRAMSCI E FILOSOFIA DA PRÁXIS.

Antônio Gramsci creditava à classe trabalhadora a capacidade revolucionária e organizativa no enfrentamento do fascismo¹ na Itália, na primeira metade do século XX. Segundo Gramsci (2000), não é possível pensar em política, transformação social, democracia, revolução ou unidade nacional sem o protagonismo dos subalternos.

Na mediação dos interesses privados, na luta por hegemonia, está o Estado, que deve ser visto como o resultado histórico de processos de forças entrelaçadas, processos tais que raramente produzem condições vantajosas para os grupos subalternos. A conformação da teoria ampliada do Estado se deu numa época histórica determinada, momento que Coutinho (1994, p. 54) sinaliza com uma “maior concretização ou ampliação do fenômeno estatal.”

Os Cadernos do Cárcere simbolizam o marco fundamental da reflexão de Gramsci no contexto histórico e para a produção de determinados conceitos, cuja vigência transcende a conjuntura em que foram pensados.

Na obra gramsciana, as primeiras noções sobre o termo subalterno aparecem nos escritos pré-carcerários, empregadas para designar a submissão de uma pessoa a outras, mais especificamente no contexto da hierarquia militar. É, no entanto, em *Cadernos do Cárcere* que Gramsci amplia largamente o significado desse conceito, demarcando os nexos dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis.

Para Antônio Gramsci (1999, p. 111), a superação da condição de subalternidade requer a construção de novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para suplantar o senso comum e tornar as classes subalternas capazes de produzir uma contra-hegemonia.

Com isso, Gramsci (1999, p. 100) propõe a transformação do senso comum, isto é, do modo de pensar dos subalternos, em bom senso, sendo capaz de superar o modo de pensar anterior através

¹ Um das interpretações de Gramsci (2004, p. 57) é que o fascismo “é o nome da profunda decomposição da sociedade italiana que pode ser explicada apenas com referência ao baixo nível de cultura que a nação italiana atingiu em sessenta anos de administração unitária.”

da filosofia da práxis e buscando forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais.

Para a formação de uma nova práxis política, é fundamental o papel dos intelectuais para organização das ideias e das vontades dos subalternos. O intelectual orgânico das massas deve ter atenção às lutas da classe trabalhadora e ao atendimento das necessidades sociais. A filosofia da práxis carrega consigo um princípio teórico-prático da hegemonia, na construção de vontades coletivas que correspondem à compreensão e à transformação da realidade social. A práxis permanece como uma atividade humana racional e, com isso, o filósofo introduz um elemento novo na relação que medeia a ação do homem: a luta de classes.

Este progresso só é possível através da interação com a política, do fortalecimento entre teoria-prática para leitura do mundo e articulação de ações que estabeleçam novos arranjos em relação à hegemonia. Gramsci ressalta que não basta a direção política, é necessária uma reforma intelectual e moral, bem como a valorização da dimensão cultural.

A dimensão da construção de uma nova cultura requer a socialização das informações e da valorização do cotidiano dos subalternos. Pode ser visto como um elemento central na viabilização de uma contra-hegemonia, que garanta a conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas.

Possibilita a construção de uma nova visão de mundo e de uma proposta transformadora de sociedade a partir de 'baixo', fazendo com que toda uma classe participe de um projeto radical que envolva toda a vida do povo e ponha cada qual, brutalmente, diante das próprias responsabilidades inderrogáveis (Gramsci, 2002, p. 268).

Visando a contra-hegemonia com a direção operária, é preciso que, além da vontade de classes subalternas, haja aliança com trabalhadoras e trabalhadores do campo, além da instauração de uma educação libertadora, vislumbrando a emancipação, o que pode assegurar que ocorram processos democráticos e libertários. Vale lembrar que o processo de unidade operária deve acontecer no plano nacional e internacional.

Um exemplo dos esforços voltados para a participação dos subalternos, visando a construção de uma contra-hegemonia ao fascismo italiano, é o caso dos conselhos operários de Turim (Itália). Gramsci, a partir da experiência no movimento operário italiano entre 1919 e 1929, abordou sobre os conselhos e as novas formas possíveis de constituição de um poder proletário, que se colocasse para além do capital.

Segundo o autor (2015), a viabilização do processo revolucionário dos trabalhadores pode ser alcançada pelos conselhos de fábrica, delineando a democracia operária. O texto sobre tais conselhos

está inserido em uma disputa sobre a autonomia dos conselhos (poder operário) em relação aos sindicatos (poder político) na cidade de Turim.

Dizemos que o período atual é revolucionário porque a classe trabalhadora começa a exercer toda a sua força e sua vontade de estabelecer seu próprio Estado. É por isso que dizemos que o nascimento dos conselhos de fábrica é um grande evento histórico – o início de uma nova era na história da humanidade (Gramsci, 2021, p. 189).

A ascensão do movimento operário no período de expansão do capitalismo industrial (durante o século XIX), teve materialidade na experiência da Comuna de Paris, sendo inédita e forjando no horizonte dos trabalhadores a possibilidade de superação da ordem societária vigente.

A Comuna foi um importante movimento popular e governo provisório, liderado pelos operários como resposta à crise socioeconômica na França, que se encontrava em guerra com a Prússia. Com integrantes escolhidos por sufrágio universal, as principais reivindicações eram melhores condições de vida para os trabalhadores e trabalhadoras, além de igualdade social. Ocorrida entre março e maio de 1871, tomou importantes medidas para a reprodução material da classe trabalhadora, como a redução da jornada de trabalho, a abolição do trabalho noturno, a concessão de pensões às viúvas e órfãos, entre outras. Esta experiência revolucionária foi duramente reprimida pelo governo francês.

Em certa medida, é possível correlacionar que a experiência dos Conselhos de Turim foi motivada pelos pressupostos da Comuna de Paris, em que o movimento operário se reivindicou como agente autônomo, trabalhando em prol dos próprios interesses.

Para Gramsci (2015), os conselhos e comissões internas, apesar de fazerem parte da estrutura sindical, constituíam-se como potentes mecanismos que, com o devido trabalho de articulação e de educação das massas, poderiam ir na direção contrária do Estado burguês, afinal o centro da vida proletária e da acumulação do capital estavam localizados no chão da fábrica.

Ele [o problema das comissões internas] é, para nós, o primeiro elo da cadeia histórica que leva à ditadura do proletariado e ao comunismo, no que se refere aos operários fabris. Mesmo na forma tosca e primitiva com que se apresentam atualmente, tais comissões correspondem a este princípio afirmado nas revoluções da Rússia e da Hungria: o de que a luta de classe, no período atual da história da indústria capitalista, realiza-se em um novo tipo de organização proletária, que se baseia na fábrica e não na categoria profissional [...] Nela [comissão interna], portanto, realizam-se embrionariamente todos os princípios que irão informar a Constituição do Estado dos Conselhos; nela se realiza a democracia operária (Gramsci, 2004, p. 272).

Em Sindicatos e Conselhos (2023), Gramsci afirma que o Conselho de Fábrica é o verdadeiro modelo do Estado proletário e introduz o espírito de solidariedade de classe entre os trabalhadores.

Também pode ser considerado como o locus em que se torna possível desenvolver uma educação recíproca e uma unidade orgânica entre os trabalhadores. O contexto histórico demonstrava que o espaço da fábrica era o terreno privilegiado da ação política.

Historicamente, a capacidade revolucionária dos trabalhadores teve, tanto na Comuna de Paris, como também nos conselhos e comissões de fábrica, exemplos da mediação teórico- prática proposta pela filosofia da práxis, na construção de estratégias de enfrentamento ao capitalismo.

Indubitavelmente, a contribuição do pensamento de Antônio Gramsci está na compreensão da dinâmica da realidade social, as contradições existentes e a busca por estratégias que garantam a emancipação da classe trabalhadora.

2.2 CONSERVADORISMO E RADICALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

O avanço da ofensiva conservadora no cenário contemporâneo brasileiro assume particularidades importantes para nossa compreensão. Permeado pelo irracionalismo de caráter fascista como expressão particular dos pressupostos do pensamento conservador que emergiu nos EUA, nos anos de 1960, somado ao questionamento do universalismo; às matrizes explicativas e grandes narrativas construídas sobre conceitos como a totalidade, a práxis e a dialética; o fundamentalismo religioso e seu projeto de poder; a negação à Ciência; a intolerância religiosa; o racismo e a violência de gênero e o ataque à população LGBTQIA+.

O Serviço Social e seu projeto profissional hegemônico assumem o racismo estrutural e o patriarcado e as consequentes desigualdades de raça/etnia e gênero como expressões da questão social e pauta coletiva da categoria. A apreensão do real e suas determinações requer compreender raça/etnia e gênero como parte da formação social brasileira e eixos estruturantes das particularidades do capitalismo bem como a luta de classe. Esse esforço vai na direção de garantir uma práxis verdadeiramente libertadora, longe de equívocos analíticos sobre a realidade social brasileira e o enfrentamento da questão social.

Historicamente, o conservadorismo se adequou aos pressupostos capitalistas, com o objetivo de perseguir e criminalizar as classes subalternas, ao passo que elas atingem, diante dos processos históricos, ascensão e amadurecimento. Tal fenômeno adensa a luta de classes e o enfrentamento das desigualdades e expressões da questão social².

² Adota-se o conceito de Yamamoto (2003, p. 27) sobre o que é a questão social: “[...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”.

No Brasil, o conservadorismo³ tem raízes na formação sócio-histórica do povo, a relação com a dominação da Igreja Católica, o caráter colonial, a exterminação dos povos originários, o patriarcado e a escravidão. O trato da questão social, a partir da moralização, criminalização e naturalização da pobreza, bem como a ascensão de privilégios das elites, demonstram a base conservadora na qual a sociedade escravagista brasileira foi calcada. Felipe Demier (2016, p. 12) ressalta que o Brasil tem uma classe dominante “divorciada do povo”, como se referia Trotsky ao caracterizar a antiga burguesia russa.

Na esteira das tensões e lutas de classe, verifica-se o esgotamento do modelo capitalista fordista, em mais uma crise cíclica do capitalismo, em meados da década de 1960 e início da década de 1970, dando início à reestruturação produtiva e o advento do neoliberalismo como estratégia para superação da crise. O enfrentamento das tensões sociais oriundas da ofensiva neoliberal, no contexto de crise mundial do capitalismo, contou com a reatualização do conservadorismo.

A emergência do neoconservadorismo, que segundo Netto (2021, p. 1) deve ser considerado um fenômeno, apresenta-se como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista. Com isso, combate o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado e reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.

Como exemplo da interação do neoconservadorismo, há o governo estadunidense de Ronald Reagan (1981 - 1989) como protagonista, ao defender a reformulação do Estado e a supremacia do mercado na reprodução das relações sociais.

Para Cabrita (2017, p. 119), o neoconservadorismo estadunidense se sustenta em quatro pilares. O primeiro é a liberdade, considerando que os indivíduos têm a liberdade inata à vida, às escolhas e à propriedade. Assim, o bem comum e coletivo é suprimido pelas liberdades individuais. O segundo pilar é a defesa da ideia de ordem e tradição, tendo como essência a defesa de um conjunto de valores, estabelecido ao longo dos séculos, visando a ordem. Já o terceiro pilar é a defesa do Estado de Direito (*rule of law*). Os conservadores acreditam numa sociedade baseada em um sistema jurídico confiável, regrador de leis e liberdades. Por fim, o quarto e último pilar é a defesa da crença religiosa, na busca de uma suposta sociedade de bem e paz, assentada em valores morais e religiosos.

O advento do neoliberalismo no Brasil, na década de 1990, é considerado como estratégia da ofensiva neoconservadora e resposta à crise do capital (iniciada na década de 1970). O processo de

³ Segundo Mota e Rodrigues (2021), o conservadorismo deve ser considerado um sistema de ideias que avança historicamente e se desenvolve de acordo com os pressupostos econômicos, políticos e culturais, determinados em cada tempo histórico. A emergência do conservadorismo clássico parte dos processos revolucionários, ocorridos no século XVIII na sociedade moderna burguesa, com o advento da revolução francesa e os ideais iluministas.

redemocratização foi permeado pela adesão às orientações conservadoras, com o objetivo de solucionar o “recrudescimento do endividamento externo e suas consequências.”.

Em grande medida, a dívida brasileira se deu em parte pela alta do petróleo, que é fonte vital para uma estrutura produtiva mais complexa e do sistema viário baseado no transporte rodoviário. Entretanto, a dívida, em essência, deve-se a uma articulação entre a burguesia nacional, o Estado e o capital estrangeiro, que findou o chamado milagre econômico, ainda durante a Ditadura Civil-Militar. Com o problema da dívida negociada, diante da possibilidade de colapso financeiro internacional, impõe-se o discurso da necessidade de ajustes e dos planos de estabilização em toda a América Latina. As medidas fizeram parte de um ajuste global, reordenando as relações entre o centro e a periferia do mundo do capital.

Com a redemocratização, há o advento da Carta Magna de 1988, que recebeu o nome de Constituição Cidadã por ter instituído a participação civil no desenvolvimento democrático de políticas públicas, decisões governamentais e serviços públicos. O controle social pressupõe a participação dos indivíduos sociais e as respectivas representações na gestão pública do orçamento da Seguridade Social.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com direitos inscritos na lei máxima do país, diversos deles nunca saíram do papel ou, quando efetivados em políticas sociais, foram limitados pela coerção da política econômica neoliberal, dos anos 1990 em diante. Castelo (2017, p. 61) destaca que, ao final do processo de abertura democrática, os subalternos conseguiram avanços na ordem estabelecida, mas a resultante foi a vitória dos dominantes, implementando o novo projeto de classe.

Mesmo com direitos básicos assegurados na Constituição Federal de 1988, as medidas conservadoras que balizaram a política econômica nacional comprometeram as lutas sociais, bem como os direitos civis, políticos e sociais. Este contexto econômico levou os movimentos sociais a um declínio e consequente criminalização, sendo comparados às facções criminosas, da mesma forma que o movimento sindical e os partidos políticos de esquerda.

Para Tavares (2009, p. 14), na América Latina os efeitos devastadores da crise financeira e a explosão da crise da dívida externa nos anos 80 levam a um reforço do modelo que vinha sendo aplicado em alguns países, desde meados da década anterior, pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o governo dos EUA, no chamado Consenso de Washington.

O esvaziamento dos sindicatos e a subordinação progressiva à mesma lógica, torna-os suscetíveis a esta engrenagem. Como cultura, tem-se a redução do homem como objeto da técnica, vivendo na ilusão de que possui vontade, estilo, opiniões e sentimentos próprios.

Marx (1977, p. 119) explica como a constituição social da "essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais". No contexto neoliberal, a expressão máxima da construção histórica do indivíduo social foi o individualismo.

No bojo do neoliberalismo brasileiro estão as contrarreformas do Estado, operadas pelos ditames do capital internacional, promovendo, sob orientações conservadoras, uma verdadeira redução dos direitos sociais dos trabalhadores. A premissa do Estado mínimo, na verdade, representava o mínimo para os trabalhadores. As classes dominantes demonstraram a hegemonia ao financiar, legislar e investir na produção de mais-valia.

Lesbaupin (2002) ressalta que o Estado se manteve forte e interventor, utilizando a coerção ao reprimir movimentos dos trabalhadores operários, lavradores, sem-terras e funcionários públicos. Para cumprimento do objetivo central, o Estado colocou a economia do país a serviço do capital internacional e o nacional para pagamento de juros, quebrando o setor público da economia, para liberar inteiramente o mercado de qualquer entrave na busca de lucros crescentes. Para o autor, “retira sistematicamente os recursos públicos dos serviços à população”, transferindo-os para o pagamento dos juros, único débito que o governo se dispõe a pagar.

A disputa pelo orçamento público e o avanço dos pressupostos conservadores contribuíram para o desmonte da Seguridade Social, do controle social e da participação popular, gerando um expressivo esvaziamento das instâncias democráticas e decisórias que, em outrora, foram fomentadas para a participação da sociedade civil no âmbito do Estado.

Segundo Behring (2021, p. 97), o fundo público é um dos meios pelos quais o Estado capitalista e os governos materializam políticas e projetos, expressando a própria razão de ser do Estado. Trata-se de um Estado burguês, cujas funções – econômicas e políticas – se realizam ao mesmo tempo em que ocultam a essência de classe.

Para a autora, o fundo público é “um compósito de mais valia incidindo sobre lucro/juro e a renda da terra e sobre a renda do trabalhador” (Behring, 2021, p. 98), atuando, ao mesmo tempo, na reprodução ampliada do capital e do trabalho. São riquezas apropriadas através da exploração tributária, pela qual o Estado cumpre importante papel na rotação do capital, por meio de créditos, débitos, financiamento e endividamento público.

Os anos 2000 foram marcados pela chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal. Segundo Iasi (2012, p. 43) foi “um dos maiores e mais significativos partidos de base trabalhadora já criado na América Latina”. O partido, desde a fundação, já traçava como estratégia fundamental chegar à classe trabalhadora com um conjunto de reformas estruturais, que poderiam modificar o

curso histórico. Entretanto, ao chegar à Presidência da República, o que se verificou foi, de acordo com Iasi (2012, p. 45), “um excelente exemplo do movimento de constituição de uma classe contra a ordem do capital que acaba por se amoldar aos limites da ordem que queria superar.”.

Cabe ressaltar que Gramsci (2000) chama a atenção para a diferença entre o popular e o populismo, sendo o populismo uma concepção demagógica e paternalista no trato com o povo. Na América Latina, a ascensão de governos populares e progressistas, a exemplo, os governos do PT no Brasil (2003-2016), segundo Behring *et al* (2020), não reverteu e sequer interrompeu a aplicação do receituário neoliberal. Pelo contrário, fez do reconhecimento de pautas populares, associadas às políticas sociais focalizadas, uma estratégia na cooptação de lideranças sindicais, feministas, de movimentos antirracistas e LGBTQIA+ para formação de um novo consenso.

A supremacia do capitalismo neoliberal provocou mudanças no interior do Estado, ao longo dos anos, desde a entrada no Brasil, na década de 1990, sendo a classe trabalhadora a mais impactada e espoliada durante esse processo. Ressalta-se, portanto que, mesmo sob a égide dos preceitos neoliberais, bem como os governos do PT, os interesses privados da extrema direita e do governo por este grupo dirigido – com Jair Messias Bolsonaro na presidência da República seguem outra direção: o neofascismo.

Na direção hegemônica atual, coordenada pela extrema direita, há a radicalização da pobreza e o consequente enfraquecimento das bases sociais das esquerdas, os trabalhadores e as trabalhadoras. Neste contexto, destaca-se a ultrafinanceirização, que não apenas tem produzido frequentes colapsos econômicos, como também promove uma acelerada destruição do meio ambiente e amplia as reduções de direitos trabalhistas, ou seja, um mecanismo para compensar os prejuízos causados por sua própria irracionalidade.

Verifica-se o trabalho massivo das *big techs* para censurar e direcionar conteúdos, modular algoritmos, violar privacidades e leis comerciais. Essas tecnologias estão nas mãos da pequena fração de super-ricos que são 1% da população mundial e comandam o sistema capitalista. A centralidade no neoconservadorismo, calcado no fundamentalismo religioso e na ideia de cidadão de bem, adquire força com medidas punitivistas e militaristas.

No Brasil, para garantir o avanço do bloco hegemônico, liderado pela extrema direita, foi desenhado o processo de *impeachment* da presidente da república, Dilma Rousseff, no ano de 2016. A justificativa para o processo em curso foram as pedaladas fiscais⁴.

⁴ O mecanismo das pedaladas fiscais consiste em utilizar recursos dos bancos públicos para pagar dívidas que são do governo, o que é considerado ilegal pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Sindicatos dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, 2024).

Gramsci (2000) destaca a importância da classe trabalhadora quando chama a atenção para a condição desagregada e episódica dos grupos subalternos, além da contínua e reiterada iniciativa dos grupos dominantes sobre eles, mesmo quando se rebelam. Somente a vitória permanente, isto é, consistente e contínua, pode evitar a insubordinação aos grupos dominantes. A condição histórica e ameaçada precisa estar na pauta permanente das lutas sociais e populares. No Brasil, há esta condição no governo de Dilma Rousseff, sob os efeitos da crise do capital de 2008 na economia brasileira. A crise de 2008 fez crescer em várias partes do globo o irracionalismo de caráter neofascista, como citado anteriormente, considerado como uma variação do neoconservadorismo, ou seja, uma expressão particular do pensamento conservador, que emergiu nos EUA nos anos 1960 e converge com uma nova direita, crítica ao liberalismo. Segundo Rodrigues e Mota (2021, p. 913) a visão particular de mundo da nova direita:

persegue o propósito de tornar-se universal graças a utilização das redes de computadores para propaganda política, cujo caso mais emblemático foi o vazamento de dados de milhões de norte-americanos, por parte do Facebook, para a empresa de consultoria política Cambridge Analytica, que assessorou, nas eleições para presidência dos EUA, o candidato republicano Donald Trump, em 2016.

Segundo Cassin (2022, p. 22), a dissolução da conjuntura externa favoreceu governos de conciliação de classes e o neoliberalismo teve que ser aprofundado, o que pressupunha a criação de uma base ideológica de consenso — que teve no avanço da extrema direita e na grande imprensa os principais alicerces, além de uma correlação de forças que intensificasse os mecanismos de repressão contra os trabalhadores. Antunes (2020, p. 291) aponta que o golpe deu início a um novo período de “contrarrevolução preventiva, agora de tipo ultraneoliberal e em fase ainda mais agressiva.”

Uma das medidas mais contundentes desse período foi a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), aprovada em 15 de dezembro de 2016, conhecida como a PEC 95 ou, mais popularmente, como a PEC do fim do mundo, que instituiu um novo regime fiscal, restringindo o gasto público primário, destinado aos direitos sociais fundamentais, como a saúde, a educação e a assistência social pelos próximos 20 anos (Brasil, 2020)⁵.

A ascensão da extrema direita tem, nas eleições presidenciais de 2018, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro, um capítulo significativo na luta da burguesia por hegemonia, demonstrando um caráter reacionário e fascista, que corrobora para a radicalização do projeto neoliberal e na contenção

⁵ A EC 95 estabelece um teto de gastos para as despesas primárias. Dessa forma, o gasto público primário só poderá ser ampliado para cobrir a inflação do ano anterior. Isto é, não haverá aumento dos recursos financeiros, o que se tornará cada vez mais incompatível com as demandas pelos serviços sociais públicos, já que desconsidera o crescimento demográfico e a taxa de longevidade brasileiro.

da crise do capital. Com objetivo de invadir a esfera pública para defender interesses privados, desqualifica as políticas estruturantes e instaura o caos por meio da retirada de investimentos em saúde, educação, ciência, tecnologia e meio ambiente. Cabe ressaltar que, neste contexto, a moralização das expressões da questão social foi direcionada à punição dos indivíduos e à lógica da morte.

Verifica-se também o uso massivo das redes sociais, sobretudo como ferramenta de engajamento, pelos candidatos de diferentes esferas representativas. A estratégia ideológica por detrás do uso das redes sociais são as *fake news* que, cada vez mais, são vistas no cenário supracitado. As notícias falsas são viralizadas na internet, com o intuito de propagar falsas verdades e destruir o processo democrático em curso. Cabe ressaltar que são informações não verificadas, sem fontes confiáveis e de grande consumo por parte da sociedade civil, o que fomenta a irracionalidade em torno da política, fazendo da polarização um pressuposto do neofascismo.

No cerne da crise global capitalismo contemporâneo, são reeditados valores e estratégias provenientes do fascismo que, como na primeira metade do século XV, tenta suprimir o movimento operário de diferentes formas. Segundo Fresu (2019, p.19), a característica mais moderna do projeto autoritário do fascismo está na capacidade de abrir novas trincheiras, visando a tarefa de controlar as massas. E aqui está o papel das palavras de ordem, voltadas a prospectar um futuro de grandeza. Portanto, a habilidade de exercer também domínio e direção, falando com categorias gramscianas: força mais hegemonia (Fresu, 2019, p. 19).

De acordo com Behring *et al* (2020, p. 25), a eleição de Bolsonaro converge com a tendência internacional de ascensão da extrema-direita reacionária, autoritária e/ou neofascista. Löwy (2020, p. 13) reforça que essa tendência “já governa metade dos países em escala planetária: um fenômeno sem precedente desde os anos de 1930.”.

Uma das expressivas ameaças à seguridade social pode ser vista na redução orçamentária, que incidiu significativamente sobre a educação. O governo Bolsonaro extinguiu cerca de 27.500 cargos em universidades públicas e vedou a abertura de concursos para 68 cargos, por meio do Decreto 10185/2019, objetivando o sucateamento da educação superior pública.

Além de cortes no investimento na educação básica, profissional e superior, cujo orçamento caiu de R\$ 2.2 bilhões, para R\$ 1.9 bilhões em 2020, houve a paralisação de sete cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), destinados à educação dos trabalhadores em quatro estados. Neste mesmo ano, houve ainda cortes das bolsas ofertadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de mais de R\$ 2.1 bilhões de reais em relação ao ano anterior.

No âmbito da participação popular no controle social, em 2019, o Presidente Jair Bolsonaro assinou o Decreto 9.759, que visou a diminuição do número de conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Esses programas, criados pelo governo Dilma Rousseff, em 2014, também foram extintos.

De acordo com Ribeiro (1996), as experiências do orçamento participativo e dos conselhos gestores possibilitaram a valorização contemporânea da escala local da vida coletiva, que está associada à filosofia da práxis. O senso comum ganhou novo lugar, em detrimento de projetos pedagógicos das classes dominantes. Ribeiro ressalta que o teor democrático, em relação à nova cultura política, possibilitaria a incorporação da experiência social e cultural do povo brasileiro no tratamento da coisa pública.

Entretanto, o que se verifica são as constantes ameaças à participação popular no controle social, como parte do projeto neoconservador, empreendido pela extrema direita brasileira. A ideologia dominante dissemina o aumento de práticas autoritárias, a explosão da violência e a consequente corrosão da democracia, como pano de fundo para subsidiar a destruição do coletivo e das práticas coletivas, desenhadas pela Constituição Federal de 1988.

A destruição da práxis libertadora se justifica sob a ótica do neoconservadorismo porque se trata de um elemento central, no quadro de respostas construídas historicamente pela classe trabalhadora, para o enfrentamento da ordem vigente e na busca por emancipação.

2.3 A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA DEFESA DO CONJUNTO DA CLASSE TRABALHADORA

Tempos de dizer Que não são tempos de calar Diante da injustiça e da mentira.
É tempo de lutar
Mauro Iasi

A defesa do trabalho e da formação profissional de qualidade, socialmente referenciados devem ser consideradas pautas centrais no Serviço Social contemporâneo, haja vista, o avanço da ofensiva conservadora sobre os processos de trabalho e à educação superior brasileira.

A legitimação dessas pautas requer de nós, num primeiro momento, a apreensão do significado social e histórico da profissão na totalidade do capitalismo, no seu estágio monopolista. Assumimos aqui que dada a riqueza de elementos que envolvem a profissão da reprodução das relações sociais não pretendemos que o assunto se esgote. Temos que fazê-lo de forma permanente nos espaços sócio-

ocupacionais, na Universidade através da tríade ensino – pesquisa – extensão, nos movimentos sociais e nas instâncias representativas da profissão para defesa constante do projeto ético político (pep) do Serviço Social.

A acepção da profissão se relaciona com as particularidades assumidas na sua emergência, na década de 1930, como um dos mecanismos forjados pela burguesia nacional para ressalvar seus interesses de classe através de requisição ao Estado brasileiro. Sob a influência da doutrina social e do postulado católico, a intervenção profissional era direcionada pelas encíclicas papais “*Rerum Novarum*” de 1891 e a “*Quadragesimo Anno*” de 1941.

Como especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão sociotécnica, racial, e sexual do trabalho, o Serviço Social tem como sua base de fundação o trato da questão social ao formular respostas profissionais que coadunassem com os interesses da burguesia. Segundo Iamamoto e Carvalho (1983, p. 55) a “intervenção do agente profissional nas relações sociais” se gesta nas expressões da questão social.

“A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO E CARVALHO, 1983, p. 77).

O amadurecimento da classe trabalhadora e sua condição de exploração pelo capital fez com que o Estado brasileiro passasse a reconhecer a questão social no cerne da reprodução das relações sociais, como problema de administração, então desenvolvendo políticas públicas para desmobilizar a classe operária e mediar os conflitos de classes. Foi no governo do Presidente Getúlio Vargas que se instaurou, por exemplo, a Consolidação das Leis Trabalhistas, medida adotada para controle dos trabalhadores.

A intervenção permanente do Estado e as pautas de reconhecimento da classe trabalhadora e o atendimento de suas necessidades sociais como moradia, educação, saúde etc. é o terreno que traz para a profissão um crescente mercado de trabalho e expande o leque de competências para além dos espaços sócio-ocupacionais tradicionais até então como os trabalhos de ação social e caridade. Para Yazbek (2009, p.10):

a profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais.

A institucionalização da profissão, no bojo do Estado brasileiro, e sua natureza eminentemente interventiva foram importantes para a criação de mecanismos de coerção e consenso utilizados pelo Estado para a manutenção do controle sobre a classe trabalhadora. A produção do capital e a reprodução das relações sociais tem como parte de seus pressupostos a exploração do trabalho, a produção compulsória da questão social e a manutenção da ordem e força de trabalho.

Com efeito, a centralidade do trabalho na sociabilidade capitalista se mobiliza através de sua exploração com objetivo de ampliar a mais-valia e assegurar o lucro. Por trabalho entendemos como a interação do homem na natureza, sendo a objetivação mais elementar e geradora de sentido ao homem na construção do ser social. Segundo Marx (1867/1962, p. 193), o processo de trabalho (*der Arbeitsprozeß*), para Marx, é atividade orientada a um fim um processo de pôr teleológico (*teleologische Setzung*). O resultado é antecipadamente idealizado e isso caracteriza o trabalho humano. O ser social se funda nesse por teleológico e sua ontologia se distingue dos seres inorgânicos, mas, na cotidiana interação entre ambas. A indissociabilidade entre trabalho e questão social nos remete sobre como o trabalho e a interação com a natureza é acessada na sociabilidade vigente. É através do trabalho explorado e numa constante desumanização resultado da produção cada vez mais coletiva e a apropriação cada vez mais privada.

É no movimento dialético dessa realidade que o Serviço Social passa a questionar sua base tradicional em contexto de amadurecimento e profunda contestação da classe trabalhadora na luta por valores éticos emancipatórios e democráticos. Chegamos então ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano⁶ e processo de renovação do Serviço Social brasileiro, a partir do final da década de 1950. É no bojo desse profícuo processo que nasce a interlocução com o marxismo oriundo de um processo de ruptura com as bases tradicionais da profissão mediatizado pelo acúmulo teórico metodológico do método em Marx, o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão, a interlocução permanente com a sociedade e a lutas populares.

Como expressão do amadurecimento teórico metodológico, técnico operativo e ético político, verificamos a formação de uma direção político profissional atenta aos desafios cotidianos da classe trabalhadora e na sua defesa. O projeto ético político (pep) do Serviço Social se materializa através do Código de ética profissional de 1993; a Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662) de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996.

⁶ Sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano e processo de renovação do Serviço Social brasileiro ver PAULO NETTO, José. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2006. 334 p.

O compromisso estabelecido pelo pep foi em contexto de contrarreformas neoliberais a partir da década de 1990 sob a premissa de ajuste fiscal, defesa do Estado mínimo para o social e o desmonte dos direitos sociais assegurados na Constituição Federal de 1988.

Os esforços coletivos de decifrar as expressões da questão social e compreender as mediações e contradições, no atual estágio da sociabilidade capitalista ultra neoliberal, requer respostas profissionais propositivas à atual hegemonia das pautas conservadoras no âmbito da categoria, do exercício profissional, das políticas sociais e da sociedade contemporânea.

É necessário estar no horizonte ético político da profissão, a luta antirracista, o respeito à diversidade e a defesa da liberdade como valor central possibilitando a real materialização do Código de Ética.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de redemocratização no Brasil, na década de 1980, trouxe para a cultura política brasileira novos pressupostos e valores calcados no Estado democrático de direito. A participação da sociedade civil na construção do Estado e das políticas públicas foi considerado um fato inédito, uma vez que o processo histórico de formação social é conservador e arcaico, baseado na hegemonia das elites, em detrimento da classe trabalhadora.

A formação de uma ampla frente das esquerdas, ainda durante a Constituinte (1987- 1988), colaborou para legitimação dos pressupostos democráticos da participação popular no controle social e na fundamentação ideológica da filosofia da práxis. Para Antônio Gramsci, esta filosofia só é possível de ser realizada quando subsidiada pela capacidade revolucionária da classe trabalhadora, em defesa dos interesses coletivos da população, com o objetivo de transformar o Estado.

A inserção da participação popular e do controle social, no campo democrático brasileiro, com a Constituição Federal de 1988 possibilitou o fomento à participação popular no controle social no campo institucional e democrático, possibilitando o início de novas bases da relação entre Estado e sociedade.

A elaboração clássica de Gramsci, acerca da teoria do Estado ampliado como sociedade política e sociedade civil, além da disputa por hegemonia, ganham lugar central na realidade brasileira contemporânea. A importância dos conselhos e comitês operários, na experiência de Turim, demonstram como a educação operária pode propiciar novos tensionamentos na luta de classes e na ascensão das classes subalternas, em todas as instâncias.

Como desafios à classe trabalhadora brasileira, diante da ofensiva neoconservadora, desde o advento do neoliberalismo, na década de 1990, há a disputa por hegemonia no campo democrático e por dentro do Estado e da Constituição Federal de 1988.

O avanço da extrema direita e dos pressupostos neoconservadores, em relação à gestão democrática, incidem na participação popular no controle social, que sofre ameaças no conjunto de medidas que visam o desmonte da seguridade social brasileira.

Tal projeto tem a função ideológica de manter historicamente os privilégios da burguesia nacional, destruindo qualquer possibilidade de avanço das pautas progressistas, reprodutoras das necessidades sociais dos trabalhadores e trabalhadoras. A sociedade brasileira se funda nas elites, com racismo, preconceito de classe, horror ao comunismo e ao ideário de liberdade.

O papel dos subalternos, na construção dos processos de resistência, seja por adesão ativa ou passiva, pode contribuir para travar, no campo da hegemonia, novos caminhos e possibilidades para afirmar a autonomia e construir projetos societários para além dos limites postos pela hegemonia burguesa.

Devemos reconhecer que esse é um processo, como nas palavras de Gramsci (1999, p. 104), "longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de desdobramentos e reagrupamentos", que exige persistência e pressão advindas da contra hegemonia popular.

A direção ético política do projeto profissional dos assistentes sociais foi construída sob a influência da materialidade do pensamento gramsciano para o enfrentamento das ideias neofascistas e do crescimento exponencial da cultura conservadora.

O contexto de contrarreformas neoliberais a partir da década de 1990 sob a premissa de ajuste fiscal, defesa do Estado mínimo para o social e o desmonte dos direitos sociais assegurados na Constituição Federal de 1988 trazem desafios no campo democrático e nas insurgências do tempo histórico atual.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

AVRITZER, L. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático**. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, n.1, junho, p.43-64, 2008.

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. CISLAGHI, J. F. SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BEHRING, E. R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.4.ed. São Paulo.

CASTELO, R. **Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica**. Universidade e Sociedade, Brasília, n. 60, p. 58-71, jul. 2017.

CASSIN, M. P. S. **Dependência e ultraneoliberalismo: As políticas sociais no Brasil no pós golpe de 2016**. Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 17- 33, jan./jun. 2022.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e Política**, Cortez, 1994.

CABRITA, Cristiano. **Conservadorismo americano e o neoconservadorismo: A Dicotomia na Cultura Política Norte-Americana**. IDN - Revista Nação e Defesa, [s. l.], ed. 148, p. 116- 138, 2017. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/33175>. Acesso em: 6 jan. 2025.

DOIMO, A M. **A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. RJ: Ed. Relume Dumará, 1995.

FERNANDES, F. **Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo** 2. ed. – São Paulo: Globo, 2006.

FREIRE, S. & CORTES, T. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal aportes para reflexão. BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FRESU, Gianni. GRAMSCI E O FASCISMO. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 9–20, 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10701>. Acesso em: 6 fev. 2025.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002 . v. 5.

GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos**. Volume 1. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 6. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2014. V. 3

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. V. 1. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, A. **O conselho de fábrica, em Homens ou máquinas?** Trad. Nelson Coutinho e Rita Coitinho. São Paulo, Boitempo, 2021.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

IASI, M. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2. Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

LESBAUPIN, I. & MINEIRO, A. **O desmonte da nação em dados**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LÖWY, M. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez/Associados, 1991.

LÖWY, M. **Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil**. In: Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Org. Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, [1852] (2011).

MOTA, A. E; RODRIGUES, M. **Ultraconservadorismo, Política Anticivilizatória e Luta de Classes**. VI Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. Londrina. 2021.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, R. M. **O neoconservadorismo nos Estados Unidos a América e a experiência política no Governo Ronald Reagan (1981 - 1989).** Revista Hist. São Paulo, 2021.

PINHEIRO, L. F. **Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

RIBEIRO, A. C. T. **O Poder local e a ampliação da democracia no Brasil.** Org. Ivo Lesbaupin. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

SAMPAIO JUNIOR, P. A. **Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina.** In: CASTELO, R. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI.** Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

SEMERARO, G. **Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina.** Revista O Social em Questão - Ano XX - nº 39 - Set a Dez/2017.

TAVARES, L. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** 3. Ed. – São Paulo, Cortez, 2009.